

Perito estima que Juliana Marins morreu 32 horas após primeira queda

Rafael Cardoso – Repórter da Agência Brasil

A publicitária Juliana Marins, de 26 anos, morreu 32 horas depois de cair do vulcão Rinjani, na Indonésia. A estimativa é dos peritos brasileiros que fizeram uma segunda autópsia no corpo da jovem. O resultado foi divulgado oficialmente nesta sexta-feira (11), no Rio de Janeiro.

A cronologia estimada é de que a primeira queda ocorreu no dia 20 de junho, por volta das 17h, no horário da Indonésia. Juliana caiu cerca de 220 metros até um paredão rochoso. Em outro momento, escorregou de costas por mais 60 metros e sofreu uma segunda queda.

Com o impacto, ela sofreu lesões poliviscerais e politraumatismo, que provocaram uma hemorragia interna. Entre 10 e 15 minutos depois, por volta das 12h do dia 22, ela morreu. O corpo ainda deslizaria mais até o ponto onde foi encontrado, a 650 metros de profundidade.

A primeira equipe de resgate saiu da base do parque quatro horas depois do acidente. Segundo Mariana Marins, irmã de Juliana, a equipe do Basarnas, como é conhecida a instituição nacional de resgate da Indonésia, desceu 150 metros de rapel, mas Juliana já estava em um ponto mais abaixo.

Dois dias depois, ela foi localizada por meio de um drone térmico, mostrando que ainda estava viva naquele momento. As equipes só conseguiram chegar até a jovem no dia 24 e o resgate do corpo ocorreu no dia 25.

Perícia no Brasil

Em entrevista coletiva nesta sexta-feira, foram relatadas dificuldades para fazer a autópsia, como o fato de o corpo já estar embalsamado, o que comprometia parte das análises, como verificação de sinais clínicos e horário mais preciso da morte.

Por meio de vestígios presentes no couro cabeludo, foi possível estimar a hora da morte de Juliana. Em um aparelho de radiologia, verificaram-se as fraturas nas costelas, no fêmur, na

Perito estima que Juliana Marins morreu 32 horas após primeira queda

pelve, com sangramento intenso.

“Foi uma autópsia totalmente contaminada no sentido técnico. Os órgãos já estão praticamente sem sangue, pálidos, e naturalmente se fez necessário um processo de embalsamamento com formol. Tem um prejuízo, mas o formol possibilitou conservar as lesões externas e os órgãos internos”, disse o perito Reginaldo Franklin.

A irmã de Juliana, Mariana Marins, reforçou as críticas sobre como as equipes de resgate agiram durante todo o processo. Ela acredita que se tivessem agido de maneira mais rápida, a irmã poderia ter sido salva.

Perito estima que Juliana Marins morreu 32 horas após primeira queda

“Estávamos esperando esse momento do laudo. Agora, vamos ver o que fazer. Só do Basarnas ter sido chamado um período longo depois do acidente já é algo a ser considerado. Já sabiam que era um acidente grave. E estavam sem o equipamento correto para chegar até o local. São vários pontos a ser considerados”, disse Mariana.

A defensora pública federal Taísa Bittencourt disse que existem três possíveis desdobramentos a partir da divulgação da autópsia brasileira.

“Sobre a investigação criminal, a Defensoria requereu que a Polícia Federal instaure

inquérito policial para investigação. É um fato ocorrido no exterior e incide o princípio da extraterritorialidade. Essa investigação depende de uma requisição do ministro da justiça. Na esfera cível, a família tem possibilidades efetivas de procuração na própria Indonésia em relação a indenização por dano moral. E a questão internacional que envolve questões diplomáticas é de levar o caso para uma comissão de direitos humanos da ONU”, disse a defensora.